

## **Educação inclusiva de alunos da educação especial**

## **Inclusive education of special education students**

---

**Valcilene da Silva Vieira**

*Universidad de la Integración de las Américas*

Minuta descritiva decorrente da pesquisa científica apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
Curso de Mestrado em Ciências da Educação pela Universidad de la  
Integración de las Américas  
Orientador: Prof.º Dr. Alderlan Souza Cabral

DOI: 10.47573/aya.5379.2.90.14

## RESUMO

A formação continuada é considerada básica para a realização do processo da educação inclusiva e um dos pilares para a efetivação desta. Compreender que, o processo educativo inclusivo necessita de profissionais especializados para desenvolver métodos e atividade diferenciada no contexto escolar, mostrando no cotidiano escolar que estas ações influenciam no aprendizado dos educandos com necessidades educacionais especiais. Este artigo tem como objetivo principal demonstrar que a educação inclusiva de estudantes portadores de necessidades especiais em escolas de ensino regular não está acontecendo efetivamente conforme estabelecido nas políticas públicas, demonstrando uma das principais barreiras que ainda existem para que a educação inclusiva do estudante PNE aconteça pedagogicamente. Com base nessa premissa buscou-se identificar as dificuldades na prática pedagógica de inclusão escolar de crianças portadoras de deficiência em turmas de ensino regular do 1º ao 5º ano, ressaltando alternativas de ensino na busca pela inclusão social, através de procedimento metodológico de natureza qualitativa desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, visitas técnicas de observação nas escolas de 1º ao 5º ano e entrevista com professores através de questionário. Os principais resultados apresentam que na atualidade os desafios no contexto educacional inclusivo é a formação ineficiente de alguns professores. Observou-se também que há a necessidade de instrumentalização dos professores para o atendimento de alunos com necessidades especiais.

**Palavras-chave:** educação inclusiva. educação especial. formação continuada.

## ABSTRACT

Continuing education is considered basic for the realization of the inclusive education process and one of the pillars for the effectiveness of this. Understanding that the inclusive educational process needs specialized professionals to develop methods and differentiated activities in the school context, showing in the school routine that these actions influence the learning of students with special educational needs. The main objective of this article is to demonstrate that the inclusive education of students with special needs in regular schools is not happening effectively as established in public policies, demonstrating one of the main barriers that still exist for the inclusive education of the PNE student to happen pedagogically. . Based on this premise, we sought to identify the difficulties in the pedagogical practice of school inclusion of children with disabilities in regular education classes from the 1st to the 5th year, highlighting teaching alternatives in the search for social inclusion, through a methodological procedure of a qualitative nature developed through bibliographic research, technical observation visits in schools from 1st to 5th year and interview with teachers through a questionnaire. The main results show that currently the challenges in the inclusive educational context is the inefficient training of some teachers. It was also observed that there is a need for teachers to provide instruments for the care of students with special needs.

**Keywords:** inclusive education. special education. continuing education.

## INTRODUÇÃO

A situação da educação Inclusiva no Brasil, em especial no aspecto de incluir a todos em instituições de ensino regulares (ou seja, as que juntam alunos com e sem deficiência) tem ge-

rado grandes debates e tem reflexo no aumento substancial da matrícula de alguns alunos com necessidades educacionais especiais, em turmas de ensino regular e tem sido um dos grandes desafios enfrentados nos últimos anos pelos profissionais da educação, em especial os professores que atuam nas salas de aula de educação básica.

Considerando que um dos princípios da Declaração de Salamanca: De Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1994, item 2, p. 1) que diz: Cremos e proclamamos que algumas pessoas que tem necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular e que esta, deveria acomodá-las dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer tais necessidades, para tal ação faz-se necessário que a educação inclusiva tenha mudanças significativas no processo de ensino aprendizagem. Para que ocorra esta mudança, uma das ações principais é a preparação do professor de forma adequada por meio de processo permanente de desenvolvimento profissional, envolvendo formação inicial e continuada baseada em princípios e leis, com o objetivo de contemplar as necessidades de alunos especiais.

A problemática que motivou esta pesquisa - Quais as consequências da falta de formação continuada para a prática do professor em sala de aula com alunos especiais? surgiu quando observei nas escolas que a oferta e realização de formação continuada para os professores atuarem com a educação inclusiva em sala de aula ainda não atende à demanda necessária deste público alvo. Consequentemente em razão desta falta de capacitação e orientação psicopedagógica para trabalhar com alunos portadores de deficiências, há professores com alunos especiais em sala de aula sem o conhecimento necessário para fazer este atendimento pedagógico.

Na busca de aprofundar essas questões e melhor compreensão dessa realidade vivenciada nas escolas, definimos como objetivo geral da pesquisa: especificar as maiores dificuldades pedagógicas dos professores na sua prática pedagógica na inclusão escolar de crianças portadores de deficiência em turmas de ensino regular do 1º ao 5º ano.

Através de estudo e observação sobre o tema, concluímos que o processo de formação continuada é necessário para todos os envolvidos no processo educativo, pois, o professor/ educador precisa atuar competentemente no âmbito escolar, no desenvolvimento de metodologias diferenciadas e adequadas às necessidades de tais alunos, com saberes pedagógicos precisos e concretos, comprovando a importância e a influência da formação continuada do professor educador nos diversos ambientes educacionais.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL**

A história da educação inclusiva inicia-se com a Declaração de Salamanca, documento este que discute a exclusão dos alunos considerados “diferentes” dentro de espaço escolar comum. Este importante documento discute a necessidade de uma escola para todos. Assim, a educação especial surge para atender uma parte destes excluídos: os deficientes.

Não se pode falar de Educação Especial sem fazer uma retrospectiva sobre a deficiência e o seu percurso ao longo da história da humanidade. A história nos mostra que existem pessoas diferentes desde os tempos mais remotos da civilização, mas são poucos os relatos escritos a respeito dessas pessoas. Na Antiguidade havia duas posturas em relação às pessoas doentes,

idosas ou deficientes: uma postura era de aceitação, tolerância; outra, majoritária, que optava pela eliminação, menosprezo ou destruição. Esse período é caracterizado pela ignorância e não aceitação do ser deficiente.

Segundo Mantoan (2003):

O Cristianismo modificou a postura diante da deficiência incluindo seu portador entre as “criaturas de Deus”, assim ele não poderia ser abandonado, já que possui alma. Sob a influência do Cristianismo os portadores de deficiência passam a ser assistidos em suas necessidades básicas de alimentação e abrigo, mas não havia a preocupação com seu desenvolvimento e educação. (p. 215)

A mudança significativa na história da educação especial começou na década de 70, com o surgimento da proposta de integração, os alunos com deficiência começaram a frequentar as classes comuns. O aumento de estudos e pesquisas nas áreas de Psicologia e Pedagogia passou a demonstrar as possibilidades educacionais desses alunos surgindo uma atitude de educação/reabilitação como um novo paradigma educacional (BRASIL, 2006, p.6).

Outra mudança na história da educação especial veio nas décadas de 1980 e 1990 com a sugestão de que os sistemas de ensino se tornassem responsáveis por criar condições para promover uma educação de qualidade para todos e fazer ajustes para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência (BRASIL, 2006, p.7). É o sistema educacional adaptando-se às necessidades dos seus alunos com as escolas inclusivas e não os alunos adaptando-se ao sistema educacional.

A Política Nacional de Educação Especial aprovada em 1994 permitiu o acesso às classes comuns do ensino regular somente aos alunos da educação especial que tivessem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos “normais”.

Em 2015 com a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão, que ficou conhecida como o **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, intensificou-se a discussão sobre a educação especial e a inclusão de alunos especiais em escolas de ensino regular. Atualmente, o MEC revisou a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva de 2008 e promulgou por meio do Decreto 10.502 de 30 de setembro de 2020 a nova Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Na concepção desta nova lei, todas as escolas das redes de ensino, públicas ou privadas, devem ser inclusivas, destacando-se como questão fundamental o “como atender aos educandos da educação especial, respeitando suas características e peculiaridades, para que seja garantida a possibilidade de desenvolvimento e inclusão social, acadêmica, cultural e profissional” (BRASIL, 2020).

Estas mudanças ocorridas na inclusão de alunos da educação especial na escola comum causaram e ainda causam apreensão aos profissionais da escola regular, em especial os professores de sala de aula pela falta de conhecimento e da aprendizagem que os deixa com incertezas e dúvidas nas suas práticas em sala de aula.

Em se tratando da formação dos professores de sala de ensino regular, esta política destaca sem grandes alterações, que os sistemas de ensino deverão qualificar professores das escolas regulares inclusivas para atuação na perspectiva da educação inclusiva, equitativa e com foco no aprendizado ao longo da vida, ou seja, nenhuma mudança que venha trazer avanços para a problemática da falta de formação para os professores do ensino regular atuar com a

educação inclusiva em sala de aula.

## **A formação continuada e o papel do professor na educação inclusiva**

No fazer da construção do processo de Inclusão Educacional, precisamos ter conhecimento de que alguns aspectos são relevantes e exigidos para esta construção, aspectos estes que democratizam a educação, são eles: a quebra de barreiras atitudinais, começando em cada um de nós; a quebra de barreiras arquitetônicas; a formação continuada de professores e profissionais da educação; o envolvimento da família e do próprio aluno nas ações voltadas para o atendimento das necessidades educacionais especiais. Esta inclusão depende muito da nossa capacidade de lidar com a diversidade e com as diferenças no âmbito social e educacional. Entender estas diferenças não como uma desvantagem na pessoa, mas como parte da existência humana, ainda é muito distante e complexo para a maioria dos professores que trabalham com o ensino regular.

Numa concepção histórico-crítica, segundo Saviani (2009), O papel do professor no processo de inclusão é fundamental, pois ele é o facilitador do processo ensino / aprendizagem. Portanto, faz-se necessário capacitá-los em estratégias educacionais voltadas para a participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. A formação deve atender às necessidades preparatórias dos professores, a fim de desenvolver métodos de ensino verdadeiramente inclusivos.

A inclusão de alunos especiais no ensino regular não deve ser a simples colocação dos alunos em salas de aula, mas um conjunto de ações que promovam a inclusão destes alunos e para que estas ações saiam do papel e se efetivem, o professor, deve ter como base na sua formação, inicial e continuada, conhecimentos para o exercício da docência em sala de aula e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilitara a sua melhor atuação no processo de ensino-aprendizagem dos alunos público-alvo da educação especial.

## **Resultados do estudo da realidade na inclusão do aluno da educação especial nas escolas de ensino regular**

Em nível de Brasil, se estar munidos de uma infinidade de documentos oficiais, orientações e dispositivos legais determinando que nenhuma escola pode recusar a matrícula de um aluno com deficiência. Na realidade das escolas são muitas as reclamações e críticas da comunidade escolar quanto a estes dispositivos legais, principalmente de professores que argumentam não estarem preparados para trabalhar em sala de aula de ensino regular com alunos com deficiência, com relatos das grandes dificuldades que costumam enfrentar nas escolas para viabilizar uma verdadeira inclusão educacional. Apesar da matrícula de alunos especiais no ensino regular estarem aumentando exponencialmente ao longo dos últimos 05 anos, ainda é percebido no sistema educacional uma carência muito grande de iniciativas e soluções com recursos e metodologias que efetivamente respondam às especificidades das necessidades dos professores para fazer a inclusão educacional, não somente a inclusão social, mas também a inclusão educacional.

As atividades inerentes à minha função profissional desenvolvida ao longo dos últimos 07 anos, relacionadas ao acompanhamento técnico pedagógico em escolas de 1º ao 5º ano do ensino fundamental me proporcionaram um contato com a amplitude da problemática da inclu-

são de alunos da educação especial em escola regular e observando que a oferta e realização de formação continuada para os professores atuarem com a educação inclusiva em sala de aula ainda não atende à demanda necessária deste público alvo.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa se desenvolveu-se através da abordagem metodológica de investigação qualitativa e quantitativa, realizada em 02 escolas de 1º ao 5º ano da Coordenadoria Distrital de Educação 03 – no município de Manaus/AM – EETI Santa Terezinha e EE Thomé de Medeiros Raposo. Adotou-se como procedimento técnico, pesquisa documental e levantamento operacionalizado através de análises. Como suporte e referencial teórico em relação aos princípios e às diretrizes relacionados à Educação Inclusiva, consultamos os trabalhos e pesquisas de Mantoan (1997, 2005, 2007) e SASSAKI (2005) entre outros.

Dos profissionais que lecionavam nas duas escolas foi retirada uma pequena amostra para a realização da pesquisa. Como critérios para a seleção do professor, utilizamos como parâmetro o tempo de trabalho com alunos portadores de necessidades especiais em salas regulares e professores com maior número de ocorrências referentes a práticas inclusivas com alunos especiais em sala de aula pesquisa. A pesquisa contou com a participação de 07 Professores regentes de turmas com alunos especiais matriculados, totalizando 250 alunos.

## **ANÁLISE DE RESULTADOS**

Nas etapas do processo de investigação, o exercício de descrição, interpretação e significação foi uma constante a partir do material coletado. Para análise dos dados coletados na investigação, utilizou-se como técnica análise de conteúdo para viabilizar uma melhor compreensão das informações, extraindo-se os momentos essenciais, as questões mais significativas para alcançar o objetivo do estudo, com vistas a realizar deduções acerca das situações de educação inclusiva nas escolas pesquisadas e necessidades formativas dos professores.

Durante a observação em campo realizada como visita técnica, acompanhamos a rotina de professores e alunos na sala de aula de 02 turmas de cada escola (02), totalizando 04 turmas observadas. Foram realizadas visitas duas vezes na semana, em cada turma no período de 01 mês. Esta visita foi realizada no turno matutino em uma escola e no vespertino na outra. Como primeiro ponto de observação destacou-se a prática da professora em sala de aula, com os alunos em geral e com os portadores de necessidades educacionais especiais e se a professora detinha as informações sobre a deficiência destes alunos especiais.

No segundo ponto observado analisamos se as práticas pedagógicas das professoras estavam adequadas para o processo de ensino e aprendizagem destes alunos e por fim observamos se efetivamente estava sendo feito o processo de inclusão escolar dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais e a percepção do professor quanto a este processo.

Complementando a investigação, realizamos a aplicação de questionário nos professores regentes de turma das escolas participantes. Este questionário teve como objetivo traçarmos o perfil profissional, a formação dos professores e a motivação para atualização de conhecimentos para a prática pedagógica em sala de aula. Como meio de aplicação e compreendendo

as mudanças atuais nos ambientes de aprendizagem, favorecendo a inclusão da competência digital que, para Rojo (2013), é necessário o uso da tecnologia e dos materiais didáticos digitais em sala de aula para que a escola seja incluída no contexto tecnológico da sociedade contemporânea, elaboramos o questionário na plataforma Google com o App Google Forms que nos dá a possibilidade de termos os dados coletados e mensurados em forma de respostas e representação gráfica.

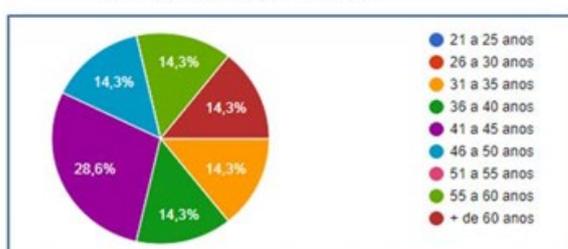
Utilizando este dispositivo da tecnologia, demos um tratamento quantitativo ao perfil dos professores investigados, com a elaboração de gráficos com os resultados demonstrados abaixo:

Tabela Gênero dos docentes

SEXO	FREQUÊNCIA	%
FEMININO	07	100
MASCULINO	0	0

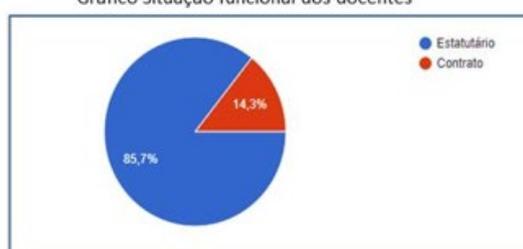
Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados coletados

Gráfico Faixa Etária dos docentes



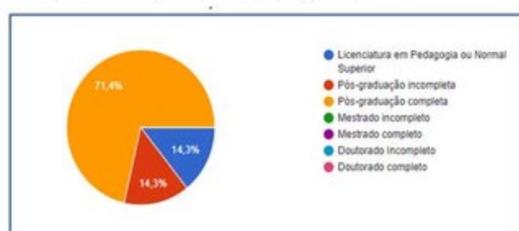
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados

Gráfico Situação funcional dos docentes



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados coletados

Gráfico Formação acadêmica dos docentes



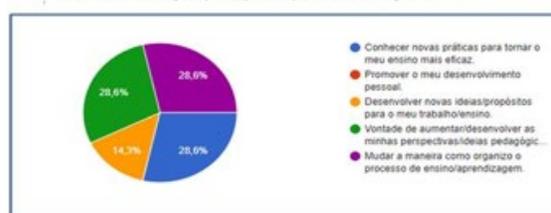
Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados coletados

Gráfico Tempo de docência dos professores



Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados coletados

Gráfico Motivação para participar de formações



Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados coletados

As análises documentais, as observações em sala de aula e as respostas do questionário aplicado nos professores nos demonstraram que ainda não há uma flexibilidade na adaptação do currículo, com práticas de ensino que atendam a realidade dos alunos especiais.

Evidenciou-se que, a prática dos professores com os alunos com deficiência é mais assistencialista do que pedagógica, ainda permeada por uma visão de acolhimento e proteção; o importante não é buscar o desenvolvimento integral do aluno, mas apenas mantê-lo em sala de aula, mesmo que para não fazer nada. Percebemos que as tentativas tem se limitado as atividades diferenciadas as quais compreendemos como mais um obstáculo à inclusão uma vez que reforça a exclusão dessas crianças.

Os resultados apresentados corroboraram a hipótese deste trabalho de pesquisa, a deficiência de formação continuada que proporcione orientações para os professores ainda é um dos principais obstáculos no processo de inclusão educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva requer mudanças no processo de ensino aprendizagem e os professores tem um papel fundamental na construção das escolas inclusivas e, para realizarem esta construção, devem adquirir habilidades para refletir sobre as práticas de ensino em sala de aula e para trabalhar em colaboração com seus pares. A partir dessas abordagens os estudantes com necessidades educacionais especiais passam a ter acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e de participação na vida escolar e na comunidade. O professor deve ser preparado adequadamente por meio de um processo permanente de capacitação profissional, com o objetivo de contemplar as necessidades especiais dos alunos e a importância da valorização das capacidades e potencialidades particulares de cada aluno, com a escola devendo estar atenta as características da individualidade do aprendiz.

Para que estas ações se concretizem é necessário que em cada canto da escola, em cada sala de aula sejam de acordo com Santos (2006): excluídas as práticas que dividem conteúdos, cadernos, horários, saberes; eliminadas as rotinas inalteráveis, livros prontos, ditados e pontos a serem copiados, pois são mortes de iniciativa; suprimidas as disciplinas estanques, disciplinas mais valorizadas que outras, e as grades curriculares inflexíveis; extintas as práticas pedagógicas discriminatórias, as tarefas não comuns a todos; abolidos os planos de aula únicos e fixos; banidas as salas inteiramente homogêneas ou supostamente heterogêneas, segmentadas em grupos fortes, fracos e médios; abolidas as misturas inconsequentes de métodos, procedimentos e intervenções equivocadas de professores inseguros e despreparados; extermiados os espaços padronizados.

Analisou-se como as políticas públicas e propostas educacionais voltadas para a garantia da educação para todos são satisfatórias no processo de inclusão educacional e se realmente acontecem nas escolas. Como profissional da área, entendemos que a educação é a base para o desenvolvimento de cada cidadão e que envolver os alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem é também uma forma de respeitá-los e garantir a possibilidade do seu crescimento. Ao longo da pesquisa fomos constatando que as dificuldades existem e não são poucas, e que à medida que você se aprofunda, estas ficam bem claras, pois o que hoje está se praticando, colocar o aluno em sala regular e não atender o que realmente ele necessita, não é inclusão.

Sabe-se que a realidade desse processo inclusivo ainda é muito diferente do que é proposto na legislação e ainda requer muita discussão sobre o assunto. Na comparação entre requisitos legais e realidades educacionais, a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular não se consolidou como deveria e ainda não oferece condições satisfatórias para serem considerados efetivamente inclusivos. As políticas públicas podem certamente criar espaços, promover projetos e garantir direitos e obrigações, no entanto, só isso não é suficiente para garantir a verdadeira inclusão.

Das muitas dificuldades encontradas, nos deparamos com o despreparo dos professores

como o mais marcante. Em sua maioria, não estavam preparados para lidar com a diversidade, com as peculiaridades de cada aluno individualmente e seus déficits, sejam de origem físico-motora ou mental / intelectual, sendo a maior a incapacidade da prática pedagógica, então é evidente que a capacitação e atualização são essenciais para que estes profissionais façam as adaptações curriculares necessárias e possam aplicá-las, dessa forma ampliando suas estratégias para o trabalho em sala de aula dando-lhes mais segurança e autonomia.

Neste trabalho, buscamos compreender melhor a questão da formação de professores, com ênfase na educação inclusiva. Apesar das discussões sobre a educação inclusiva estar bastante divulgado em todas as esferas de comunicação, ainda se constata a dificuldade dos professores para lidar com os estudantes com deficiência devido ao fato de não terem tido formação adequada para incluir educacionalmente uma criança em sua sala, assim como não serem especialistas no assunto e nas temáticas específicas de cada deficiência. “Por este motivo, alegam o “despreparo” e a ausência de formação”, levando com isto para que ocorra muita resistência na prática destes professores em sala de aula com os alunos da educação inclusiva. Diante dessa realidade é preciso a sensibilização dos professores, através de informações e formação continuada para que eles efetivamente possam incluir as crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, porque todos têm direito a educação.

De acordo com a situação evidenciada no conjunto deste trabalho, o argumento principal desse estudo nos leva a afirmar que os saberes produzidos, ressignificados ou refletidos no curso de formação continuada em educação inclusiva, aqui analisados, no que se refere a práticas pedagógicas, é uma ação complexa no contexto da educação básica e exige saberes de diferente natureza, que vão além do campo epistemológico e prático, pois incluem aqueles que estão intrínsecos na cultura de cada docente.

Demonstra-se, mais do que nunca, que os professores devem capacitar-se, acreditar e, principalmente, aceitar a inclusão, tornando, assim, a sua sala de aula um ambiente propício à construção do conhecimento, tanto do aluno com necessidades especiais, quanto dos demais.

Concluimos que referente à entrada de alunos portadores de necessidades educacionais especiais no ensino regular ainda há muito que caminhar. Indiscutivelmente, há um distanciamento entre a educação para alunos “especiais” e a educação para alunos ditos “normais”.

As possibilidades concretas de políticas públicas apresentadas apontam para a viabilidade de novos estudos e pesquisas visando ao aprofundamento da reflexão sobre as soluções a elas relacionadas e/ou para verificação da sua aplicabilidade ou dos seus resultados. Creio que este estudo pôde trazer e evidenciar, também, a significativa afinidade e convergência que existe entre duas linhas importantes de reflexão, que possuem, aparentemente, focos diferentes e desvinculados entre si. Ou seja, a relação entre as reflexões e pesquisas sobre os novos paradigmas de construção e produção de conhecimentos com a formação continuada, e, por outro lado, os princípios e diretrizes da Educação Inclusiva. Conforme a discussão dos dados obtidos e os resultados deste estudo, essas duas áreas de reflexão e pesquisa trazem importantes pontos de convergência, ambas enfatizando o trabalho pedagógico com a inclusão de alunos portadores de necessidades educacionais especiais em sala de aula de ensino regular.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial - A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física / elaboração Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco.- Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/ Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação – Brasília; MEC. SEMESP. 2020

MANTOAN, M.T.E. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MITLLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre. Artmed.2003

ROJO, R. (Org.). **Escol@ Conectada**: os multiletramentos e as TIC's. 1ª ed. São Paulo/SP. Parábola. 2013.

SASSAKI, R. Inclusão: O paradigma do século 21. Inclusão – Revista da Educação Especial, Brasília, v.1, n.1, p. 20-23, 2005.

SAVIANI, D. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. Revista Brasileira de Educação. v. 14 n. 40. Jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a12.pdf>. Acessado em: 27/02/2020.